

Ajuste direto em 60% das compras dos municípios

Estudo que avalia a qualidade da governação local alerta para risco de corrupção na contratação. Mealhada e Abrantes entre os melhores

Carla Sofia Luz
carlaluz@jn.pt

MUNICÍPIOS A generalidade das câmaras opta pelo ajuste direto, no momento da aquisição de bens, de obras ou de serviços. Entre 2013 e 2016, só 39% dos vários milhões alocados à contratação pública pelos municípios foram gastos com recurso a concursos públicos. É uma das conclusões do estudo “Qualidade da Governação Local em Portugal”, que alerta para o risco acrescido de favorecimento e de corrupção, sobretudo quando os sistemas de controlo externo são débeis e falta escrutínio público desses gastos. Tal como aconteceu no nosso país.

O recurso a métodos contratuais transparentes é um dos indicadores onde a maioria das 308 autarquias falha, com exceção dos bons exemplos de Sines, de Fundão, de Palmela e de Vidigueira, que gastaram mais de 80% do montante destinado a contratação por concurso público nos três anos analisados pela equipa de investigadores, coordenada por Luis de Sousa e por António Tavares, docentes do Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

A avaliação, que é apresentada hoje em Portalegre e editada pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, denuncia falta de transparência na contratação pública, em que a “disponibilização proativa de informação” é sistematicamente baixa, “o que pode gerar má despesa pública e riscos de favorecimento e corrupção”. Mas não é apenas nesta área que há opacidade. O expoente máximo, notam os investigadores, é no escrutínio dos interesses dos eleitos.

POUCA TRANSPARÊNCIA
Alfândega da Fé é a única autarquia a disponibilizar online o re-

gisto de interesses dos autarcas. Há 118 câmaras a divulgar as remunerações e 97 a publicar os currículos detalhados dos eleitos. Só 40 municípios mostram as declarações de incompatibilidade e rendimento e 19 expõem as declarações patrimoniais. Um terço das câmaras nada revela nos seus sites.

“A dimensão de gestão financeira é aquela onde a disponibilização de informação é um pouco melhor, porque há obrigatoriedade por lei. Nas outras dimensões, não há essa obrigatoriedade, mas há um dever de informação. É óbvio que ninguém está à espera que o

EM DETALHE

Falta sustentabilidade

O estudo analisou a qualidade e a sustentabilidade dos serviços essenciais prestados pelas câmaras: água, saneamento e tratamento de lixo. Em 211 municípios, esses serviços carecem de sustentabilidade financeira. Há 62 câmaras com serviços sustentáveis e boas práticas de fixação de preço. O desempenho global é melhor na recolha e tratamento dos lixos.

Boa concorrência

Apesar da proliferação de ajustes diretos, o estudo indica que, nos contratos acima dos 150 mil euros (é obrigatório fazer concursos públicos), as autarquias garantem “níveis saudáveis de concorrência”, diversificando os fornecedores. A maioria celebrou, em média, menos de dois contratos com a mesma empresa. Só quatro câmaras (que o estudo não identifica) deram três ou mais contratos ao mesmo fornecedor.

registo de interesses e a declaração patrimonial vão desvendar todo o tipo de práticas ilícitas, mas são instrumentos interessantes e o próprio Tribunal Constitucional não tem feito um excelente trabalho na fiscalização das declarações patrimoniais”, assinala Luís de Sousa.

O investigador regista como positivo que grande parte das câmaras coloque as contas na Internet. Nesse capítulo, um dos documentos menos representado online é a lista das dívidas aos fornecedores. Ainda assim, é divulgado por 188 câmaras.

132 CÂMARAS BOAS E 153 CAPAZES

Os investigadores avaliaram 22 indicadores em cinco dimensões da governação local para determinar a qualidade da gestão das autarquias: a participação dos cidadãos e a prestação de contas; a estabilidade política; a eficácia da governação, incluindo a sustentabilidade e a qualidade dos serviços públicos; o acesso e a regulação do mercado; e a prevenção da corrupção.

Concluíram que 132 câmaras têm um desempenho bom ou superior, 153 apresentam um desempenho capaz (onde se inclui Lisboa) e 23 possuem prestações fracas (ver infográfico). Os melhores municípios, classificados como “líderes”, encontram-se no arquipélago dos Açores: São Roque do Pico, Lajes das Flores, Santa Cruz das Flores.

A lista das 25 autarquias do continente com maior pontuação no índice global de qualidade de governação local é encabeçada por Mealhada, Abrantes, Oliveira do Hospital, Boticas e Proença-a-Nova. Nessa lista, há poucas câmaras de grande dimensão: constam uma capital de distrito, Bragança, e dois municípios da área metropolitana de Lisboa, Loures e Barreiro. ●

Municípios com melhor classificação no Índice Global de Qualidade de Governação Local



1	Mealhada	63,87
2	Abrantes	63,27
3	Oliveira do Hospital	61,75
4	Boticas	59,78
5	Proença-a-Nova	58,73
6	Penacova	57,33
7	Santa Marta de Penaguião	57,31
8	Marinha Grande	56,24
9	Castro Verde	54,77
10	Alvaiázere	52,40
11	Redondo	52,38
12	Marvão	52,36
13	Sátão	52,11
14	Mértola	51,89
15	Pombal	51,68
16	Bragança	51,21
17	Vimioso	50,12
18	Barreiro	49,04
19	Sertã	48,95
20	Loures	48,20
21	Alvito	48,13
22	Vila Nova de Foz Côa	47,91
23	Arronches	47,16
24	Vinhais	47,12
25	Arcos de Valdevez	45,75

Média	Mínimo
19,04	-41,14

Melhores municípios por dimensão avaliada

Voz de cidadãos e prestação de contas	
■ PONTA DELGADA	86,09
Estabilidade política	
■ PAMPILHOSA DA SERRA	165,60
Eficácia governamental	
■ MARINHA GRANDE	94,28
Acesso e regulação no mercado	
■ FRONTEIRA	123,29
Estado de direito e prevenção de corrupção	
■ CARRAZEDA DE ANSIÃES	104,95

PORMENOR

207,86

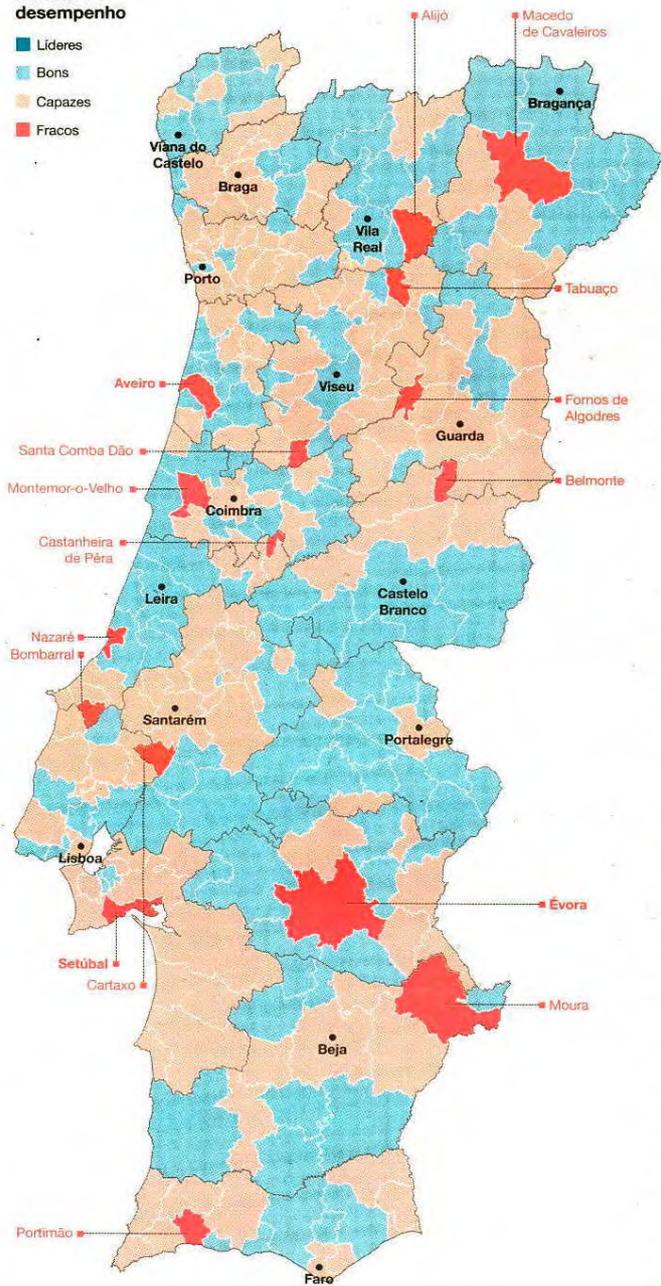
euros de impostos pagos por habitante
Em média, cada habitante paga 207,86 euros de impostos municipais em Portugal. Mas a realidade é muito dispar. 66% das câmaras têm níveis inferiores à média nacional e há 14 autarquias da região de Lisboa e do Algarve que cobram, em média, mais de 500 euros por pessoa.

86

câmaras têm orçamento participativo
Entre 2015 e 2017, as 86 autarquias dedicaram 55 milhões a orçamentos participativos. O peso financeiro dessa iniciativa nas despesas de capital é diminuto: 3,7%, em média.

Bandas de desempenho

- Líderes
- Bons
- Capazes
- Fracos



AÇORES



MADEIRA



INFOGRAFIA JN



Investigador Luís de Sousa

Descentralizar é mais do que dar valências e dinheiro

Luís de Sousa quer debate sobre arquitetura municipal

GOVERNAÇÃO O debate sobre a descentralização, centrado em torno das competências e do envelope financeiro que o Estado está disposto a dar, é redutor. O investigador Luís de Sousa, um dos coordenadores do estudo sobre a qualidade da governação local e representante da Transparência Internacional em Portugal, entende que deve repensar-se a arquitetura institucional dos municípios para torná-los “mais aptos a responder aos desafios”. E isso não se faz sem uma avaliação da democraticidade dos processos de tomada de decisão.

“Coexistem dois modelos de governação local em Portugal. Há um novo modelo em gestão de governação em rede, em que o município, embora central, é um entre vários parceiros que cooperam para melhorar a eficácia da governação local. Esse modelo coexiste com o modelo centrado no presidente”, em que nada se faz sem a ordem do autarca, especifica Luís de Sousa, na expectativa de que os autarcas olhem para o estudo e para as recomendações como “uma ferramenta para melhorar”.

Na dimensão da eficácia governamental, o estudo mostra que os territórios com maior densidade populacional têm mais eficácia. No entanto, os investigadores não propõem a fusão de câmaras, apesar de Luís de Sousa reconhecer que o Governo Local é “demasiado pequeno”, correspondendo a “um quinto da governação do país em termos financeiros”. A escala é importante e, argumenta, pode ser resolvida com o reforço do intermunicipalismo. ■ CARLA SOFIA LUZ



Principais recomendações

Divulgar remuneração e interesses

Para permitir o escrutínio dos eleitos, propõe-se a obrigatoriedade de publicação online dos registos de interesse, do currículo detalhado com a identificação dos cargos públicos e privados exercidos e das declarações de património, de incompatibilidade e de rendimentos dos autarcas. Os organismos responsáveis pela monitorização destas práticas devem ser dotados dos meios necessários.

Adoção de orçamentos participativos

Realizar orçamentos participativos em todos os municípios e, nos casos em que já existe essa experiência há vários anos, recomenda-se o reforço das verbas destinadas a essa iniciativa, sobretudo nos municípios de maior dimensão. É necessário reforçar, também, a presença dos cidadãos em reuniões municipais abertas ao público.

Reforço da Assembleia Municipal

As assembleias municipais estão “subassessoradas, sem unidades técnicas de apoio orçamental e com uma reduzida importância das comissões parlamentares”. Em simultâneo, há uma excessiva concentração de poder no presidente de Câmara, o que prejudica o pluralismo e tem riscos financeiros e reputacionais. Para corrigir a assimetria, sugere-se o reforço dos poderes de fiscalização e de responsabilidade política das assembleias municipais, assim como a atribuição de assessoria técnica capaz.

Consulta obrigatória à Oposição

Tornar obrigatória a consulta dos vereadores da Oposição e dos grupos políticos das assembleias municipais nas principais áreas de intervenção camarária, na elaboração do orçamento e das grandes opções do plano, nas auditorias, nas fiscalizações e nos inquéritos à autarquia.

Auscultação aos atores locais

As câmaras devem promover mais instrumentos e espaços de auscultação dos atores locais, como empresas e associações, envolvendo-os na definição de políticas locais de desenvolvimento económico.

CCDR e entidades intermunicipais ativas

Recomenda-se um papel mais ativo das comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), as áreas metropolitanas e as comunidades intermunicipais no desenvolvimento económico local e regional, de modo a promover ações concertadas entre os municípios com desafios comuns.

Ligação ao Ensino Superior

As instituições do Ensino Superior, em particular os politécnicos, devem fortalecer os laços com os atores políticos e económicos locais, para que o conhecimento produzido nas instituições seja usado em prol do desenvolvimento económico regional.